Área: Sustentabilidade | **Tema:** Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO: O DEBATE ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DECRESCIMENTO

THE LIMITS OF DEVELOPMENT: THE DISCUSSION BETWEEN ECONOMIC GROWTH, SUSTAINABLE DEVELOPMENT, AND DEGROWTH

Jéssica Casali Turcato, Linéia Carneiro, Liane Beatriz Rotili, Felipe Cavalheiro Zaluski, Sandra Beatriz Vicenci Fernandes e Daniel Knebel Baggio

RESUMO

Em uma sociedade capitalista, as decisões organizacionais, geralmente voltadas à dimensão econômica, desencadearam ou agravaram os problemas socioambientais em muitos países. Na busca por soluções de tais problemas busca-se alternativas de como desenvolver e ao mesmo tempo preservar a natureza, de modo a manter os recursos naturais disponíveis para as próximas gerações. Neste contexto, a presente comunicação se configura por ser um ensaio teórico, que tem como objetivo buscar refletir, a luz da literatura existente, a problemática do crescimento econômico, do desenvolvimento sustentável e do decrescimento, para uma maior ampliação das discussões sobre desenvolvimento e preservação ambiental. Como resultado do cruzamento entre essas três temáticas, ressalta-se a complexidade das decisões direcionadas à sustentabilidade. Observa-se que, apesar das iniciativas em prol de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade (econômica, social e ambiental) ainda se mostrarem incipientes, deve-se reconhecer que estas possuem maior visibilidade e aceitação por parte dos segmentos da sociedade, quando comparado há décadas atrás, ressaltando a importância da temática em questão nos dias atuais.

Palavras-Chave: Crescimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Decrescimento

ABSTRACT

In a capitalist society, organizational decisions, generally geared to the economic dimension, have triggered or aggravated socio-environmental problems in many countries. The search for solutions to such problems seeks alternatives for how to develop and at the same time preserve nature in order to keep natural resources available for the next generations. In this context, this communication is a theoretical essay, whose objective is to reflect, in the light of the existing literature, the problem of economic growth, sustainable development and degrowth, for a broader discussion of development and preservation environmental. The result of the intersection between these three themes, the complexity of the decisions directed to sustainability is emphasized. Although initiatives for sustainable development (economic, social and environmental) are still incipient, it should be recognized that they have greater visibility and acceptance by segments of society when compared to decades emphasizing the importance of the subject in question today.

Keywords: Economic Growth, Sustainable Development, and Degrowth

Eixo: Sustentabilidade - Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO: O DEBATE ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DECRESCIMENTO

THE LIMITS OF DEVELOPMENT: THE DISCUSSION BETWEEN ECONOMIC GROWTH, SUSTAINABLE DEVELOPMENT, AND DEGROWTH

RESUMO

Em uma sociedade capitalista, as decisões organizacionais, geralmente voltadas à dimensão econômica, desencadearam ou agravaram os problemas socioambientais em muitos países. Na busca por soluções de tais problemas busca-se alternativas de como desenvolver e ao mesmo tempo preservar a natureza, de modo a manter os recursos naturais disponíveis para as próximas gerações. Neste contexto, a presente comunicação se configura por ser um ensaio teórico, que tem como objetivo buscar refletir, a luz da literatura existente, a problemática do crescimento econômico, do desenvolvimento sustentável e do decrescimento, para uma maior ampliação das discussões sobre desenvolvimento e preservação ambiental. Como resultado do cruzamento entre essas três temáticas, ressalta-se a complexidade das decisões direcionadas à sustentabilidade. Observa-se que, apesar das iniciativas em prol de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade (econômica, social e ambiental) ainda se mostrarem incipientes, deve-se reconhecer que estas possuem maior visibilidade e aceitação por parte dos segmentos da sociedade, quando comparado há décadas atrás, ressaltando a importância da temática em questão nos dias atuais.

Palavras-chave: Crescimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Decrescimento

ABSTRACT

In a capitalist society, organizational decisions, generally geared to the economic dimension, have triggered or aggravated socio-environmental problems in many countries. The search for solutions to such problems seeks alternatives for how to develop and at the same time preserve nature in order to keep natural resources available for the next generations. In this context, this communication is a theoretical essay, whose objective is to reflect, in the light of the existing literature, the problem of economic growth, sustainable development and degrowth, for a broader discussion of development and preservation environmental. The result of the intersection between these three themes, the complexity of the decisions directed to sustainability is emphasized. Although initiatives for sustainable development (economic, social and environmental) are still incipient, it should be recognized that they have greater visibility and acceptance by segments of society when compared to decades emphasizing the importance of the subject in question today.

Keywords: Economic Growth, Sustainable Development, and Degrowth

1 INTRODUÇÃO

Quando o homem inventou a moeda e passou a explorar o dinheiro não apenas para suas necessidades básicas de sobrevivência, mas passando a criar cada vez mais "necessidades" para as pessoas, a degradação ambiental se iniciou também e desde então só piorou até atingir proporções catastróficas. Segundo o relatório IPCC divulgado pela ONU em 2013 o nível de dióxido de carbono (CO2) na atmosfera aumentou 20% desde 1958, esse é um claro resultado da atividade humana na natureza causado pela queima de combustíveis fosseis e também pelo desmatamento, segundo dados desse mesmo relatório os níveis de dióxido de carbono são os mais altos em 800 mil anos, seguido pelos níveis de metano e oxido nitroso que são os mais altos em 22 mil anos, para piorar o quadro, mesmo que a emissão fosse cessada 20% do CO2 emitido permaneceria na atmosfera por pelo menos mil anos (OLIVEIRA, 2013).

Estima-se que otimistamente que, neste ritmo, isso é freando as emissões de gases poluentes, erradicando e desmatamento e parando completamente a poluição, o sistema terrestre deverá reter 2,6watts por metro quadrado, essa energia é capaz de provocar um aumento de temperatura de 0,3ºC até 1,7ºC até o ano de 2100, os efeitos disso irão se refletir no mar por exemplo, que deve aumentar o seu nível em cerca de 25cm a 56cm, como certamente a humanidade continuará a poluir e desmatar de forma desenfreada a estimativa para o futuro, torna-se ainda mais assustadora, deverá haver armazenamento de 8,5watts por metro quadrado e aumento do nível do mar entre 45cm e 82cm, até o final deste século (OLIVEIRA, 2013).

Mas os efeitos da ação humana no meio ambiente não se refletem apenas nas ações climáticas, no ano de 20014, o Instituto de Saúde e Sustentabilidade divulgou um estado realizado por pesquisadores da USP de São Paulo, onde segundo uma projeção feita para os 16 anos seguintes, cerca de 256 mil pessoas morreriam no estado de São Paulo por doenças decorrentes da poluição, destas, pelo menos 25% (59 mil) ocorreriam na capital paulista, além disso, o gasto publico com tratamento para as pessoas internadas nos hospitais do estado por doenças consequentes da poluição seria de pelo menos R$ 1,5 bilhão, segundo a pesquisa, a poluição pode matar 6 vezes mais pessoas do que a aids, três vezes mais o câncer e 3 vezes mais o câncer de mama, visto que atinge uma vasta população de risco, pessoas com problemas circulatórios, respiratórios, cardíacos, nos pulmões e baixa imunidade (FERRAZ, 2014).

A humanidade enfrenta a diminuição da qualidade do ecossistema e aumenta o risco da biosfera entrar em um estado onde seria difícil ou impossível manter a civilização humana. Dessa forma, com o crescimento contínuo da população, aumenta o desafio, pois é quase inexistente a confiança em uma sustentabilidade social. Broman e Robèrt (2017) acrescentam que baixos níveis de confiança, além de ser um grave problema social em si, também implica um baixo potencial para enfrentar de forma coesa os desafios ecológicos, alimentando crescentes impactos relacionados à insustentabilidade dos sistemas ecológico e social.

Latouche (2009) sugere a busca uma reflexão sobre os estilos de vida e a necessidade de políticas públicas democráticas e participativas, principalmente, regulatórias, no intuito de abordar e buscar soluções para a problemática. Boccato-Franco (2013) complementa sugerindo um debate em torno do decrescimento, ou seja, de um ideal radicalmente novo e rico em significados, abrange desde a crítica ecológica, o sistema de necessidades, a economia política, a democracia, o capitalismo, as sociedades pós-industriais e etc.

Todos os três tipos de capital, ecológico, social e financeiro, são essenciais para uma sociedade sustentável e para a transição para essa sociedade. A transição para uma sociedade sustentável é obviamente um esforço complexo, exigindo, por exemplo, ampla colaboração coordenada entre disciplinas e setores. Muitos são os indícios de que algo não está correto, além das projeções assustadoras, porém muito pouco se tem feito em relação a esse tema, o objetivo deste artigo é apresentar uma breve síntese do surgimento e da evolução em relação às

discussões climáticas. Confirmado a relevância e ineditismo dos temas do ensaio teórico, faz-se necessário apresentar os conceitos e reflexões sobre as temáticas crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e decrescimento, que nos deem suporte para questionamentos sobre suas relações.

2 OS LIMITES ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

A discussão sobre crescimento econômico e sustentabilidade partilham de premissas econômicas e ambientais que envolvem a humanidade como um todo. A eclosão do crescimento econômico, traz consequências drásticas e irreversíveis ao ecossistema e alimenta a complexa relação entre a humanidade e biosfera.

O aquecimento global, evidenciado da década de 1990, foi o advento para a emergência do debate sobre o risco ambiental, o meio ambiente e o crescimento econômico. O dilema das questões ambientais não é exclusividade dos países desenvolvidos, embora, estes representem os maiores índices de agressão ao meio ambiente, é em países em desenvolvimento e subdesenvolvido que essa problemática também requer pertinência. Em países pobres, a vulnerabilidade aos impactos provocados pelas mudanças ambientais e climáticas pode ser maior, embora esses países sejam minimamente responsáveis por causar esse dano. Segundo Rodrigues (2007), os Estados Unidos da América são responsáveis por 1/3 das emissões de gases que incidem diretamente nas mudanças climáticas.

Enquanto o crescimento econômico encabeça uma sociedade predominantemente de consumo, calcula-se que a humanidade consumo 30% acima da capacidade de regeneração da biosfera (LATOUCHE, 2009). Do mesmo modo que, se todos os habitantes do planeta alcançarem iguais taxas de consumo de países desenvolvidos, é necessário o equivalente a quatro ou cinco planetas para suprir tal demanda (SILVA, 2012). Sendo assim, o que temos hoje é uma sociedade de acumulação ilimitada, condenada ao crescimento irresponsável, baseado na publicidade, no crédito e no ciclo de vida pequeno dos produtos.

Segundo Latouche (2009), as desigualdades cresceram alarmantemente fora e no interior dos países, e resultaram na servidão e na escravatura, e também, no trabalho infantil. O esgotamento e a contaminação em que o atual modelo urbano sujeita a biosfera trazem a destruição dos ecossistemas e as poluições globais. E, a mercantilização, a qual passou a ocupar todas as esferas da vida, também é um exemplo do que o crescimento tem causado no planeta.

O crescimento econômico está na corrente contrária ao paradigma ecológico, para Rodrigues (2007), esse processo traz exclusões sociais, aumento da agressão à biosfera proveniente da contaminação dos ecossistemas hídricos, biológicos e geológicos, bem como, da matéria-prima natural. Nessa perspectiva, são inúmeras as iniciativas das últimas décadas que evidenciam a preocupação com o meio ambiente e o crescimento econômico desenfreado. O conflito entre crescimento econômico e meio ambiente é tratado como uma questão de *"trade-off"* para Romeiro (2012), ou seja, um impasse envolvendo um perde-ganha, havendo necessidade de adoção de um conjunto de políticas para que não houvesse esse impasse.

Rodrigues (2007) demonstra como o pensamento ecológico apresenta premissas que dão maior coerência a esse paradigma emergente que tem se destacado na sociedade. O desenvolvimento da ecologia, nessa ótica, permite visualizar o mundo a partir de incertezas e possibilidades de construções criativas, afastando-se do que antes era previsível.

A crítica ao crescimento na perspectiva de Rodrigues (2007) recai sobre o fato desse crescimento, pertencente à economia liberal em que vivemos ser para poucos, isto é, visa apenas os lucros de uma minoria instalada e concentrada no poder, que pouco está preocupada aos impactos no ecossistema desse avanço desenfreado. O autor provoca ao mencionar que "por um lado produzem-se necessidades artificiais e compulsivas que geram destruição enquanto as

necessidades básicas (alimentação, saúde e cultura) não são satisfeitas em largos setores da sociedade" (RODRIGUES, 2007, p. 65).

Nesse sentido, Latouche (2009) aborda o sistema capitalista como uma sociedade transbordada por um sistema cujo principal fim é o crescimento, apenas, pelo simples crescimento. E, composto por uma sociedade, que pouco destina atenção em repensar o meu modo de vida e não se dispõem a escutar relatórios que apresentam o caos em que se está chegando ao planeta.

Não se pode reduzir crescimento apenas a vertente da economia, conforme SILVA (2012) e ROMEIRO (2012), o crescimento econômico é somente um dos fatores de desenvolvimento, não sendo condição necessária e suficiente apenas. É cabível estar claro a distinção entre crescimento econômico (quantitativo) e desenvolvimento (qualitativo), mesmo esse ainda não sendo um entendimento geral, uma vez que, é contrário a lógica liberal que tem essa dualidade como premissa necessária para o desenvolvimento.

Silva (2012) atribui como "antidesenvolvimentista" a vertente que defende a postura a qual não é possível dissociar os fenômenos do crescimento e do desenvolvimento, para esses, é necessário uma limitação ao crescimento, pois corroboram que existe um impasse entre essas duas lógicas. A partir desse entendimento, os "antidesenvolvimentista" – contrários a lógica liberal - são críticos ao analisarem o desenvolvimento e, para isso, defendem o decrescimento econômico,

Rodrigues (2007) aborda a atual situação como uma crise ecológica, onde reforça a insustentabilidade das situações de desigualdade, injustiça e exclusão social, Latouche (2009) como crise estrutural alcançada pela sociedade moderna. Ambos, entretanto, mostram que o desenvolvimento baseado simplesmente no crescimento econômico traz consequência ao meio ambiente e a qualidade de vida da população.

Ao mesmo tempo em que se busca uma direção contrária ao consumo exacerbado e o crescimento econômico como forma única de desenvolvimento, Silva (2012) defende que é ilusório e até injusto acreditar que não haja a necessidade de crescimento econômico, principalmente, em países que possuem necessidades básicas de saúde, alimentação, habitação, educação, transporte e etc.

Nesse debate polêmico em que se propõe uma batalha política estrutural onde colocará em discussão e contestação todo um sistema econômico, a autora atesta que desenvolvimento humano e social e respeito ao meio ambiente são incompatíveis com o capitalismo, mas é uma luta que deve ser feita dentro dele na busca pelo equilíbrio entre essas três partes.

3 A CONTENDA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conforme Gonçalves e Chacon (2013), em função da problemática da relação entre o crescimento econômico desordenado, humanidade e biosfera, aflorou um conceito alternativo de desenvolvimento, dando espaço para a abordagem do ecodesenvolvimento, posteriormente renomeada como desenvolvimento sustentável, e que ao longo dos anos vem sendo aprimorada a partir das novas visões acerca de desenvolvimento.

O debate sobre o ecodesenvolvimento teve início em 1974 com o Clube de Roma, nesse período, se questionava a premissa do crescimento frente à limitação dos recursos do planeta. Prevaleceu assim, os conceitos de "desenvolvimento sustentável" ou "sustentabilidade", e no decorrer do tempo, o que pode ser percebido foi à banalização desses termos. Mesmo que trivializado, o termo "sustentável" possui expressividade, pois acresce da variável ambiental às demais variáveis no que se refere ao desenvolvimento (SILVA, 2012).

Nessa linha, Romeiro (2012) apresenta o desenvolvimento sustentável em uma perspectiva econômico-ecológica, em sua abordagem, o desenvolvimento sustentável deve ser

economicamente sustentável ou eficiente, socialmente desejável ou includente e ecologicamente prudente ou equilibrado.

Procurando um processo coerente no alcance do desenvolvimento sustentável, o autor menciona a necessidade de a política ambiental ser mais eficiente, criando condições para que os agentes econômicos incorporem os custos da degradação que provocam, o Estado, nessa ótica, ficaria responsável com a precificação dos recursos naturais ou com a privatização.

Strezov, Evans e Evans (2017) debatem que embora exista um corpo substancial de trabalho que discuta as métricas de indicadores de sustentabilidade, há uma clara exigência de uma abordagem interdisciplinar para a fase de planejamento para o desenvolvimento de índices de sustentabilidade incluindo legisladores, mas também cientistas que lidam com as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social. A importância relativa e a melhor forma de avaliar cada uma das três dimensões na avaliação do desenvolvimento sustentável precisa de acordo e padronização científica mais amplos.

Carley e Christie (2017) complementam que em um mundo onde os problemas ambientais se espalham pelas fronteiras políticas, administrativas e disciplinares, existe uma necessidade urgente de uma compreensão clara dos tipos de organizações, estruturas de gestão e abordagens de formulação de políticas necessárias para promover um desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. Os autores acreditam em redes de ação - parcerias de atores flexíveis e voltados para o desempenho - e que funcionam simultaneamente em níveis internacional, nacional e local.

A preocupação em os sistemas existentes se estabilizarem por novos mecanismos de rneconfiguração, transformação ou substituição, tornando-se mais sustentáveis é uma das correntes defendias pelos autores Chang et al. (2017). As interações multidimensionais entre a indústria, tecnologia, mercados, políticas e cultura, capturando a complexidade das mudanças sistemáticas em direção à sustentabilidade. Essa transição é um processo gradual e contínuo de mudar o caráter básico da sociedade. Uma transição de sustentabilidade ocorre se a direção de uma certa transição for para a sustentabilidade.

Transições de sustentabilidade são definidas por Markard, Raven e Truffer (2012) e Geels (2012) como alternativa que incluam: mudanças profundas ao longo de diferentes dimensões, por ex. tecnológico, organizacional, político, econômico, comportamental e sociocultural; interações entre múltiplos atores como indústria, governo, usuários e grupos; processos de longo prazo que levam décadas para se desdobrar e; desenvolvimento e difusão de uma ampla gama de inovações, incluindo novas tecnologias, políticas, padrões e práticas sociais.

O capital natural, chamado de “recurso”, compreende o petróleo, a água potável, os minerais e etc. (RODRIGUES, 2007), e, a principal inquietude, está na possibilidade de esgotamento desses recursos, ocasionada pelo esbanjamento e sobreconsumo da população. O que se acentua, é a responsabilidade que as atuais gerações têm em buscar o retrocesso das catástrofes ocasionadas pelas gerações passadas em função dos altos excessos que foram difundidos no atual modelo civilizacional.

Nessa perspectiva de sobreconsumo e em busca do retrocesso, a Agenda 21 trouxe o termo “consumo sustentável” atrelado à dimensão do “desenvolvimento sustentável”. Esse documento traz ações a serem tomadas pelo governo ao alcance de unir as necessidades de crescimento dos países, com a conservação da estabilidade do meio ambiente, bem como, a necessidade de mudanças dos atuais padrões de consumo. A conclusão dessa premissa aponta que se não forem alterados os padrões de consumo, não haverá recursos naturais para garantir o direito da humanidade à qualidade de vida (SILVA, 2012).

Sendo assim, na perspectiva proposta por Rodrigues (2007), o decrescimento almeja inibir a utilização de energias fósseis e de materiais contaminantes, impedindo que as injustiças criadas entre as lacunas da sociedade de esbanjamento e dominação sobre as sociedades

dominadas e espoliadas. O autor aborda a necessidade de retrocesso da atual tecnosfera, originada pelo capitalismo industrial, para dar lugar à biosfera, difundida pelo capitalismo natural, enfatiza a necessidade do surgimento de plataformas reivindicativas, redes de ativistas ecológicos e experiências que possam trazer a possibilidade de visão de outra dimensão de sociedade. Para tanto, ele argumenta que o decrescimento sustentável traz uma abordagem epistemológica da eco-economia como crítica ao crescimento econômico e como estratégia para o ecodesenvolvimento.

4 A CONCEITUAÇÃO E AS PREMISSAS DO DECRESCIMENTO

Como se pode verificar, mesmo que o debate central do Clube de Roma em 1974 tenha sido a relação entre crescimento e recursos limitados, a atenção se manteve ao desenvolvimento sustentável, e, a economia não teve campo para discussão, mantendo-se reduzida a uma técnica contabilística, não a partir de sua importância em uma mudança de visão mecanicista do mundo para uma visão ecossistêmica. Ou seja, a biosfera não teve o enfoque que seria essencial para que os avanços de sua destruição pudessem ser contidos, não sendo vislumbrada como uma fornecedora de todo o processo econômico. Lamentavelmente, a integração da economia na bio ou ecoeconomia passou a ser considerada pelos economistas muito recentemente (RODRIGUES, 2007).

Segundo o próprio autor, o desenvolvimento sustentável só pode implantar-se unido ao decrescimento sustentado. Deve haver a eliminação das fontes de energia fósseis e a produção de materiais esgotantes e contaminantes. Ao mesmo tempo em que, é imprescindível a progressiva diminuição das necessidades secundárias e artificias oriundas da sociedade de consumo. Para que se alcancem as premissas do decrescimento, busca-se a redução de um processo produtivista insustentável, cedendo lugar ao desenvolvimento ecologicamente sustentável. Nesse sentido, “decrescimento sustentável é um meio, um processo imprescindível para fazer surgir, duma forma saudável, o desenvolvimento ecologicamente sustentável”. (RODRIGUES, 2007, p. 66).

A vertente do decrescimento foi alavancada na Europa e no decorrer dos anos tem crescido em todo o mundo, inclusive no Brasil. Serge Latouche é referência quando se aborda sobre decrescimento, contudo, além do economista Latouche, outros estudiosos da área também buscaram compreender essa dinâmica. Nicholas Georgescu-Roegen, em 1971, foi precursor da bioeconomia, destinava-se a ompreender a sobrevivência da vida na terra e analisou a relação entre a lei da entropia e os processos econômicos, posteriormente, estabeleceu o termo decrescimento como um processo inevitável para um desenvolvimento sustentável. Em 1977, Herman Daly, retoma o enfoque para uma mudança de foco da política econômica para o desenvolvimento sustentável. Em 2005, Jean-Claude Besson Girard e Paul Aries, retomam a discussão em torno do decrescimento para que se concretize uma proposta de mudança civilizacional (ARANCIBIA, 2012).

A terminologia decrescimento é um ideal radicalmente novo e rico em significados, abrangendo desde a crítica ecológica, o sistema de necessidades, a economia política, a democracia, o capitalismo, as sociedades pós-industriais e etc. São muitas as correntes de pensamento em torno do decrescimento, dentre as principais críticas está o encontro das teorias que envolvem o desenvolvimento como consequência do crescimento econômico, assim como, ao crescimento das economias já desenvolvidas no agravamento das desigualdades do mundo todo, seja em termos sociais, seja em termos ecológicos (BOCCATO-FRANCO, 2013).

Latouche (2009) reforça as visões de outros autores, sobre as exclusões sociais, desigualdades, pobreza e degradação ambiental. O debate em torno do decrescimento busca uma reflexão sobre os estilos de vida e a necessidade de políticas públicas democráticas e

participativas, mas, principalmente, regulatórias, no intuito de abordar e buscar soluções para essa problemática.

Na busca de inibir o caos e barrar a utilização inconsequente dos recursos do planeta, o autor propõem três etapas essenciais para instalar o novo paradigma do decrescimento, tais como: avaliar o alcance do decrescimento, propor a utopia concreta do decrescimento e especificar os meios de sua realização.

A fim de avaliar o alcance do decrescimento, em suas premissas, Latouche (2005) admite nos encontramos na beira da catástrofe e, é preciso uma reação imediata para mudar esse rumo. Para ele, existe a necessidade de um controle massivo ou redução da população, mesmo que o superpovoamento não seja o problema. Dentre tantas, uma das soluções estaria na divisão dos recursos de modo equitativo e ético.

Como segunda etapa, necessita-se consolidar o decrescimento como uma ideologia concreta, bem como, uma proposta renovadora para viver melhor. Para tanto, explorando possibilidades concretas e objetivas como um planejamento de um projeto: uma proposta de como criar um ciclo de decrescimento. Nessa ótica, ele demonstra oito etapas que são interdependentes e que juntas reforçam-se mutuamente, como: reavaliar, reconceituar, reestruturas, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar e reciclar.

Por fim, tem-se de conceber a implantação política do modelo do decrescimento. No intuito de criar esse ciclo virtuoso. Para isso, são necessárias mudanças em diferentes áreas e no modo de vida da população, como: integrar nos custos dos serviços os danos ambientais gerados pela atividade, realocar as atividades produtivas, retomar com a agricultura camponesa, transformar os ganhos com produtividade em redução do tempo de trabalho e criação de empregos, impulsionar a produção de bens relacionais, reduzir o desperdício de energia, ciar taxas para as despesas com publicidade e etc. Ainda, Latouche (2009) propõe a redução quantitativa do trabalho para uma busca qualitativa das atividades, devolvendo sentido ao tempo disponível e a existência do ser humano.

Demonstrando uma percepção contrária ao pensamento de Rodrigues (2007), para Latouche (2009) o decrescimento não faz parte do desenvolvimento sustentável e, corroborando com Latouche, outros defensores da teoria do decrescimento são contra o desenvolvimento em quaisquer circunstâncias, seja esse acompanhado de “sustentável”, “humano” e etc (SILVA, 2012).

Mesmo sob diferentes perspectivas e modo de conduzir a teoria do decrescimento, todos os estudiosos da área concordam que uma mudança civilizacional é necessária para a sobrevivência da humanidade, seja por necessidades ambientais, mas também, sociais. O atual processo civilizacional, orientado nessa perspectiva econômica neo-liberal, ocasiona exploração e exclusão social, concomitantemente, consome e contamina a biosfera. Na contemporaneidade, já se ultrapassou a capacidade biológica da terra em produzir bens e absorver lixos, vive-se acima da capacidade da biosfera, dos seus recursos e das reservas naturais (Rodrigues, 2007).

Latouche (2009) demonstra que o decrescimento é um aprofundamento da ecologia, partindo para uma dimensão humanista, visto que, se trata da sobrevivência da humanidade e da busca pela preocupação ecológica no meio da preocupação social, política, cultural e espiritual do ser humano e sua vivência. Trata-se de uma mudança radical de paradigma, tanto em um nível individual como coletivo e nas relações entre os indivíduos com o planeta, o meio ambiente e a vida.

Cosme, Santos e O’neill (2017) identificam três grandes propostas de decrescimento: reduzir o impacto ambiental das atividades humanas; redistribuir renda e riqueza dentro e entre países; e promover a transição de uma sociedade materialista para uma sociedade convivial e participativa. Os autores também indicam que a maioria das propostas de decrescimento são abordagens nacionais de cima para baixo, concentrando-se no governo como um dos principais

impulsionadores da mudança, em vez de abordagens locais de baixo para cima, relacionam o tema à equidade social e a sustentabilidade ambiental.

No Brasil, o debate em torno do decrescimento tem ganhado adeptos no decorrer dos anos e em função das consequências que o crescimento desordenado tem causado. Conforme Franco (2011), não há um debate sistemático no Brasil acerca do decrescimento, o que se percebe é uma diversidade de compreensões e reproduções de experiências europeias, sem haver uma interpretação tipicamente brasileira que possa ser aplicada e debatida em um país em desenvolvimento.

É perceptível que não há uma compreensão originalmente brasileira sobre o que é decrescimento. No âmbito acadêmico, o autor ressalta os poucos estudos que existem envolvendo essa temática, ainda, que não há referências de estudiosos no assunto no País, sendo ainda mais frágeis as percepções e aprendizagens em torno da temática.

Temas como o desenvolvimento sustentável e as implicações do decrescimento para as nações em desenvolvimento são amplamente negligenciados e representam uma área importante para pesquisas futuras. Além disso, há uma necessidade de uma análise mais profunda de como as propostas de decrescimento agem em conjunto.

5 CONCLUSÃO

As crises sociais, econômicas e ambientais que a humanidade rotineiramente vem enfrentando têm levantado cada vez mais evidências da necessidade dos seres humanos promoverem um questionamento dos atuais modelos de “desenvolvimento” adotado por praticamente todos os países do mundo que tem suas economias funcionando sob o paradigma do crescimento econômico. No sentido de propor um entrave para o crescimento econômico desordenado que traz consequência desastrosas ao meio ambiente e a ao desenvolvimento social da humanidade.

Argumenta-se que o desenvolvimento sustentável implica a prevalência da dimensão ambiental sobre a econômica, a priorização do pilar ambiental e social sobre o econômico (lucro), exigindo um afastamento radical dos pressupostos do crescimento econômico, incluindo o crescimento zero ou mesmo o decrescimento.

Diante do conflito exposto entre crescimento econômico, desenvolvimento e decrescimento, permeia-se a ideologia a distribuição de renda, resultante em melhora da qualidade de vida e inclusão social, não é resultado do crescimento econômico, bem como, são necessárias políticas públicas e regulamentações que impossibilitem que tal crescimento beneficie uma minoria, e, que se limite a destruição ambiental provocada por esse crescimento para o alcance do equilíbrio ecológico.

Em uma visão meramente capitalista o meio ambiente e seus recursos naturais, são vistos apenas como meio de produção, tendo como base esta premissa o capital consome os "meios de produção" a uma velocidade desordenada, alavancada pelo ritmo de desenvolvimento global, oque visualizasse é o consumo descontrolado de energias fósseis e minerais finitos, e em contraposto o incentivo e a pesquisa de fontes de energias renováveis e menos agrecivas ao meio ambiente é bastante lenta e não acompanha o ritmo de consumo das sociedades modernas.

Sendo assim as estimativas de consumo mundiais de recursos naturais apresentadas por entidades como (FAO, ONU e WWF) relatam que com o consumo atual a nessecidade de matéria prima seria triplicada e que o pantera não teria condições de acomodar tamanho volume de resíduos.

O crescimento econômico não leva necessariamente ao desenvolvimento econômico, sem falar no desenvolvimento humano, e normalmente tem um enorme custo ambiental. Este estudo transpassa o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e o decrescimento,

sendo que tais temas são amplamente negligenciados e representam uma área importante para pesquisas empíricas futuras.

REFERÊNCIAS

ARANCIBIA, F. E. R. De Latouche, Serge Pequeno tratado de decrescimento sereno (São Paulo: EDITORA WMF, 2009). **Revista Sociedade e Estado**. V. 27, nº. 1, 2012.

BROMAN, Göran Ingvar; ROBÈRT, Karl-Henrik. Um quadro para o desenvolvimento estratégico sustentável**. Journal of Cleaner Production** , v. 140, p. 17 a 31 de 2017.

CARLEY, Michael; CHRISTIE, Ian. **Managing sustainable development**. Routledge, 2017.

CHANG, Rui-dong et al. Approaches for transitions towards sustainable development: status quo and challenges. **Sustainable Development**, v. 25, n. 5, p. 359-371, 2017.

COSME, Inês; SANTOS, Rui; O'NEILL, Daniel W. Assessing the degrowth discourse: A review and analysis of academic degrowth policy proposals. **Journal of Cleaner Production**, v. 149, p. 321-334, 2017.

FERRAZ, Adriana; Em 16 anos poluição do ar matará 256 mil. Estadão. Disponível em: http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,em-16-anos-poluicao-do-ar-matara-256-mil,1541091. Acesso em: 01/08/2017.

FRANCO, A. A. B. **Decrescimento – Levantamento bibliográfico no Brasil.** IX Encontro Nacional da Ecoeco. Brasília, 2011.

GEELS, Frank W. A socio-technical analysis of low-carbon transitions: introducing the multi-level perspective into transport studies. **Journal of Transport Geography**, v. 24, p. 471-482, 2012.

GONÇALVES, J. S.; CHACON, S. S. **Decrescimento sereno, convivial e sustentável: uma saída para o crescimento desenfreado**. Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, Santiago do Chile: 2013.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado de decrescimento sereno**. 1ª ed. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2009.

MARKARD, Jochen; RAVEN, Rob; TRUFFER, Bernhard. Sustainability transitions: An emerging field of research and its prospects. **Research Policy**, v. 41, n. 6, p. 955-967, 2012.

OLIVEIRA, ISABELA de; **Relatório da ONU tem projeções catastróficas para o planeta**. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2013/09/28/interna_tecnologia,454004/relatorio-da-onu-tem-projecoes-catastroficas-para-o-clima-do-planeta.shtml. Acesso em: 01/08/2017.

RODRIGUES, J. **Crescimento, decrescimento sustentável e desenvolvimento ecologicamente sustentável.** WP#3, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2007.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. Estudos Avançados, v. 26, nº 74, p. 65-92, 2012.

SILVA, M. B. O. **Obsolescência programada e teoria do decrescimento versus direito ao desenvolvimento e ao consumo (sustentáveis)**. Veredas do Direito, v. 9, nº 17, p. 181-196, 2012.

STAFFORD-SMITH, Mark et al. Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. **Sustainability Science**, v. 12, n. 6, p. 911-919, 2017.

STREZOV, Vladimir; EVANS, Annette; EVANS, Tim J. Assessment of the economic, social and environmental dimensions of the indicators for sustainable development. **Sustainable Development**, v. 25, n. 3, p. 242-253, 2017.

TREGIDGA, Helen; MILNE, Markus J.; KEARINS, Kate. Ramping up resistance: Corporate sustainable development and academic research. **Business & Society**, v. 57, n. 2, p. 292-334, 2018.